



RISCOS



O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO*

THE SEXUAL ABUSE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: A STUDY OF THE PHENOMENON

97

Érica de Souza Paixão

CEFT - Centro de Educação, Filosofia e Teologia
Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

ORCID 0000-0002-2731-016X erica.thormes@gmail.com

João Clemente de Souza Neto

CEFT - Centro de Educação, Filosofia e Teologia
Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

ORCID 0000-0003-3348-8316 j.clemente@uol.com.br

RESUMO

A história da criança e do adolescente no Brasil é caracterizada pela violência em suas múltiplas manifestações. Entre estas, estão a negligência, a institucionalização, o abandono, a exploração no trabalho, fome, abuso e exploração sexual. Como perceber os sinais de que uma criança e/ou adolescente estão sendo vítimas de violência? Este trabalho tem dois objetivos: analisar o fenômeno da violação de direitos no que diz respeito ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente, tendo em consideração o avanço das políticas públicas para o enfrentamento do abuso sexual; dar alguns subsídios para a comunidade escolar identificar o fenômeno e nele intervir para garantir a proteção da criança e do adolescente. A pesquisa de campo analisou três depoimentos de mulheres que foram vítimas de abuso sexual na infância, procurando analisar se houve alguma intervenção de âmbito social, bem como o papel da escola e da família. A metodologia utilizada foi qualitativa, com propósito de ilustrar o fenômeno à luz da perspectiva psicológica e histórica-social.

Palavras-chave: Criança, adolescente, abuso sexual, escola, proteção.

ABSTRACT

The history of children and adolescents in Brazil is characterized by violence in its multiple manifestations. These include neglect, institutionalization, abandonment, exploitation at work, hunger, abuse and sexual exploitation. How can we see the signs that a child and/or teenager are the victims of violence? This paper has two aims; first, to examine the phenomenon of violation of rights regarding the abuse and sexual exploitation of children and adolescents, considering the progress made in public policies for coping with sexual abuse, and second, to make some recommendations to the school community to identify the phenomenon and intervene to ensure the protection of children and adolescents. The field research analysed three statements by women who were victims of sexual abuse in childhood, trying to examine whether there was any intervention in the social spheres, as well as looking at the role of the school and the family. A qualitative approach was used with the aim of illustrating the phenomenon based on psychological and historical-social perspectives.

Keywords: Child, adolescent, sexual abuse, school, protection.

* O texto deste artigo corresponde a uma comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Riscos, tendo sido submetido em 09-08-2017, sujeito a revisão por pares a 22-09-2017 e aceite para publicação em 11-01-2018. Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 27 (I), 2020, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

O abuso sexual e outras formas de violência contra crianças e adolescentes chegaram a tal grau de densidade e perversidade que ganharam destaque nos meios de comunicação e nas redes sociais. Um dos casos mais marcantes que repercutiram no Brasil, inclusive pelo fato de os réus não terem recebido a devida punição, ocorreu no estado do Espírito Santo, no dia 18 de maio de 1973. Araceli Cabrera Crespo tinha oito anos quando foi raptada, drogada, estuprada e assassinada. Os suspeitos foram presos, levados a julgamento e absolvidos. O caso foi arquivado e o dia 18 de maio tornou-se, em sua homenagem, o Dia Nacional do Combate e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data em que acontecem atividades que visam discutir o tema e conscientizar a população. No entanto, ainda não avançamos para uma discussão que nos remeta a uma solução para o problema ou que contenha uma análise global sobre a violência, circunscrita nos contextos sociais, culturais, familiares e comunitários. Sendo assim, possivelmente a prevenção seja uma das soluções para amenizar o problema, além da identificação precoce, mas é peremptório não ignorar os sinais ou os pedidos de socorro das vítimas. Este trabalho poderá contribuir para uma reflexão a respeito do abuso sexual infanto-juvenil, bem como auxiliará na análise a respeito do contexto familiar da vítima, da importância e papel da escola e permitirá refletir, também, sobre questões relacionadas aos campos da aprendizagem, socialização, legislação e do fluxo de atendimento às vítimas que existe atualmente no Brasil.

A doutrina de proteção integral é resultado das lutas seculares de diferentes forças sociais, mas foi somente na década de 1980, no Brasil, que tais forças organizadas granjearam a doutrina de proteção integral, que, em 1990, consolidou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Juntamente com a Constituição Federal de 1988, o ECA prevê a proteção integral e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, a construção das políticas públicas para o atendimento de crianças e adolescentes, num cenário de desigualdade social, violência, abuso sexual, fome, abandono e exploração no trabalho infantil, traz as marcas da debilidade das políticas de assistência social (J.C.N. Souza Neto *et al.*, 2011).

Num primeiro momento, a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes foram constatadas na saúde, à medida que pediatras atendiam crianças com doenças sexualmente transmissíveis ou com outros sinais de agressão. Os profissionais da saúde e de outras instituições tinham receio de denunciar esse fato e acabavam por contribuir com o fortalecimento da cultura do pacto de silêncio (H. Oliveira, 2002). Foi somente a partir dos anos 1980 que começou a criação de

instituições para acolher crianças vítimas de violência. A Casa de Passagem de Recife, por exemplo, chamou a atenção da população para a “prostituição de meninas” e o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Para uma aproximação do tema e no sentido de conhecer as formas de atendimento, entrevistamos três mulheres que foram vítimas de abuso sexual durante a infância, tentando coletar dados de uma problemática vivenciada no passado e ainda presente nos dias atuais. Dividimos os dados colhidos em dois eixos: o primeiro diz respeito ao contexto familiar do abuso sexual, no qual constatamos que a família disfuncional é presente em dois dos casos. A família disfuncional é um conceito importante para entender a dinâmica familiar, e percebe-se que os agressores estão dentro da própria casa da criança. No segundo eixo, abordamos as dificuldades apresentadas na escola, bem como a vítima e a escola, procurando verificar o desempenho escolar das vítimas e o papel da escola para a proteção. Finalizamos com o fluxo de atendimento, que pode constituir uma base para professores, diretores e todos aqueles que têm o dever de proteger os direitos da criança e do adolescente. Do ponto de vista do enquadramento teórico de fenômeno, abordam-se os temas: violência contra crianças e adolescentes, a definição de abuso sexual infanto-juvenil, as formas de manifestações do abuso, o agressor e as consequências de um abuso na infância.

Violência contra crianças e adolescentes

Quando falamos de violência contra crianças e adolescentes, abordamos um tema de difícil definição, visto que neste contexto estão inseridas diferentes concepções oriundas, por exemplo, da historiografia, sociologia, pedagogia, psicologia e antropologia.

Pesquisadores do campo da saúde definem a violência como um fenômeno provocado pelos processos sociais, podendo levar grupos, instituições e sociedades a se agredirem. Nesse sentido, a violência é estrutural e estaria apoiada na desigualdade social e se manifestaria nas relações de dominação racial, familiar e étnica (BRASÍLIA, 2007).

Nos espaços urbanizados, especialmente dos países em desenvolvimento como o Brasil, o modelo adotado é o do desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. De acordo com I. Rizzini (2009) e F. Pilotti (2009), depois da abolição da escravidão o número de trabalho infantil multiplicou-se, donos de indústria e agricultura abusavam, pois tratava-se de mão de obra mais dócil e barata. Mesmo com o Código do Menor criado em 1917 e a Constituição de 1932, que garantia que a criança menor de 12 anos não trabalharia, permitindo dos 12 aos 14 somente como aprendiz, J. Souza Neto (2011) afirma que a maioria dos empresários

burlava as leis. E neste cenário de exploração de mão de obra, saúde e educação, a qual favorecia única e exclusivamente a classe dominante, juntamente com a chegada das grandes indústrias e a crescente migração do povo nordestino, que aumentou conseqüentemente a desigualdade social, seria indubitavelmente importante falar de violência num contexto de contradições e antagonismos sociais, em se tratando de um país que necessita de avanços na perspectiva dos direitos sociais.

A violência que mais atinge a população infanto-juvenil é a que se origina na chamada violência estrutural. Segundo o IBGE, em 1990, no Brasil, 32 milhões de crianças e adolescentes viviam em situação de miséria (BRASÍLIA, 1997a). O país tem hoje uma população estimada em 201,5 milhões de pessoas, e se levarmos em conta o Censo de 2010, cerca de 40% desta população vivem em situação de miséria, sem quaisquer condições de desenvolver suas potencialidades, ou seja, vivendo em situação de pobreza, fome, marginalização, criminalidade, além de haver a precarização da saúde, da educação, da assistência e da justiça (BRASÍLIA, 1997b). De acordo com J. M. Ferreira, 2007, as principais vítimas desse modelo são crianças, adolescentes e mulheres. Segundo F. Villela (2016), no que se refere à violência sexual, cerca de 50 crianças e adolescentes podem ter sido vítimas de violência sexual no Brasil em 2015, conforme dados do Disque-Denúncia Nacional, pelos quais constatou-se que as meninas são as maiores vítimas e se enquadram na faixa etária de quatro a onze anos.

Essa situação enseja a falta de possibilidades de uma vida plena. As crianças e adolescentes que acabam por ter negados seus direitos à saúde, à educação, ao lazer, à assistência, à convivência familiar e comunitária, por exemplo, tornam-se facilmente vítima de múltiplas formas de violência física e simbólica (BRASÍLIA, 2007), tal como constatam profissionais da área de saúde. Uma das conseqüências da desigualdade social e das mudanças de valores é o aumento da violência no ambiente familiar e comunitário.

De acordo com M. I. Moreira (2012) e S. M. Souza (2012), a violência intrafamiliar é a mais denunciada nos serviços de atenção à criança e ao adolescente. Está presente em todas as classes e grupos sociais, vinculada a outras modalidades de violência ou negação de direitos, como a violência psicológica, física e sexual e, nesta perspectiva, A. Scodelario (2002) define a violência familiar como um fenômeno multicausal, visto que está relacionada a inúmeros fatores, sejam eles de ordem social, cultural, situações de estresse, abandono, analfabetismo, desemprego, ausência de equipamentos sociais, acidentes e conflitos que envolvem os membros da família. De acordo com esta autora, a falta de comunicação que pode ocorrer entre os membros da família, contribui para a dinâmica de violência na família.

Observa-se que a comunicação em diversas ocasiões ocorre de forma indireta, não verbal e acompanhada de uma ação, usada com pessoas que podem estar ou não no ciclo familiar. Segundo a autora, o processo de simbolização e elaboração das experiências emocionais torna-se um conflito intrapsíquico, não se manifestando de forma direta na comunicação. A dificuldade de comunicação corrobora a “disfuncionalidade” da família e favorece a reprodução da violência do meio familiar, principalmente nos casos de abuso sexual, em que são muito mais evidentes os sinais de ordem psicológica e moral. A autora ressalva que o agente praticante do abuso sexual se utiliza de vocabulário carinhoso, gentil e delicado, confundindo e aprisionando as pessoas da própria família que, conseqüentemente, o considera até incapaz de prejudicar a criança e o adolescente, o que se configura como um elemento de dificuldade para neutralizar a dinâmica da violência.

O professor ou o educador que suspeita que uma criança ou adolescente está sendo vítima de abuso sexual, deve comunicar sua suspeita às autoridades competentes ou pedir ajuda à direção da escola. Assim, seria importante que os profissionais da educação conheçam o “Sistema de Garantia de Direitos” (SGD), preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente e estejam atentos às atitudes dos alunos em sala de aula e na relação com os colegas.

O que é o abuso sexual infanto-juvenil?

Entende-se por abuso sexual todo jogo ou ato em que o agressor obtém satisfação ou prazer sexual, por meio do contato com crianças e adolescentes. Pode envolver carícias, masturbação, sedução, estupro ou penetração vaginal ou anal; “[...] abusar é precisamente ultrapassar os limites e, portanto, transgredir” (M. Gabel, 1997, p. 10), é violar as regras e padrões éticos de convivência. A ABRAPIA (2002) define o abuso sexual como uma situação em que o adulto ou até mesmo um adolescente mais velho usa a criança ou adolescente para gratificação sexual.

Há um consenso (A. Scodelario, 2002; M. Gabel, 1997; P. Graça, 2004; G. Ferrarese, 2004) de que o abuso expressa uma forma de abuso de poder e astúcia. Nesta relação aparecem as formas de exercício do poder: do mais forte contra o mais fraco, do dependente e confiante naquele que tem a responsabilidade de protegê-lo, e do uso delinquente da sexualidade pela manipulação do corpo do outro sem autorização. O abuso sexual ocorre, geralmente, de forma violenta, sob ameaça, ou de modo a seduzir a vontade do adolescente ou da criança. Nem sempre é por meio do contato físico, podendo ser pela prática do voyeurismo, do exibicionismo, como também do sexo oral e do intercurso interfemural e com o uso de objetos. Outras formas de abuso são a exploração sexual e a pornografia (T. Rocha, 2004).

Segundo M. Lamour (1997), a sexualidade infantil foi descoberta pela psicanálise, a qual utilizou uma descrição que vai além do gozo que um órgão pode proporcionar, pois a sexualidade infantil está ligada a tudo o que remete a um prazer, não se restringindo, desta forma, às partes íntimas. A sexualidade adulta, no entanto, torna-se diferente, pois o adulto escolhe um objeto para a primazia da zona genital. De acordo com S. Tomkiewicz (2007), faz-se uma distinção entre violência e abuso sexual. Para o referido autor, a “violência” implica uso de força, que pode ser psicológica (estupro e ameaças). O abuso está ligado à sedução para que o agressor consiga a satisfação sexual, sem utilizar a força. Existe uma questão moral, que já foi citada neste trabalho, passível de ser confundida com a possibilidade de “consentimento”. A criança, vítima de abuso sexual, aos poucos, irá criar uma instância crítica e punitiva pela qual, segundo M. Lamour (1997), irá com facilidade encontrar motivos para se sentir culpada e o adulto, por sua vez, irá reforçar essa culpa nas múltiplas formas de abuso sexual infantil.

Formas de abuso sexual infanto-juvenil

O abuso sexual é ainda subnotificado quando comparado a outros tipos de violência. Em torno dele, existem um tabu e um pacto de silêncio. A maioria dos abusos acontece no espaço familiar ou comunitário, ou seja, por pessoas que deveriam proteger a criança, e muitas delas não deixam evidências de violência física ou quaisquer outros tipos de vestígio. Por outro lado, há sempre nessas experiências um envolvimento emocional (T. Rocha, 2004). O pacto de silêncio se fortalece e se reproduz em função do medo de denunciar por parte da população e dos profissionais. Esse medo se justifica pela falta de informação sobre o SGD, pelas exigências burocráticas no atendimento e pela falta de recursos. Em síntese, o abuso sexual pode ser praticado com ou sem contato físico.

O abuso sexual sem contato físico, segundo a ABRAPIA (2002), manifesta-se de forma verbal, em conversas cuja finalidade é despertar o interesse sexual na criança e no adolescente, ou por meio de telefonemas realizados principalmente por homens, que provocam ansiedade na criança e no adolescente.

O exibicionismo é o ato em que pessoas expõem os órgãos e/ou se masturbam no campo de visão da criança ou do adolescente, prática que geralmente constitui uma experiência chocante para a vítima. O voyeurismo consiste em obter prazer sexual no ato de observar, fotografar ou filmar órgãos e atos sexuais, pessoas despidas ou mesmo aquelas que se encontram no momento do banho. É um procedimento que perturba a criança e o adolescente. O assédio sexual é realizado por meio de propostas, chantagens e ameaças de conho

sexual. Na maioria das vezes, o agressor encontra-se em uma posição de domínio sobre a vítima.

A pornografia se aproxima mais da exploração sexual pelo fato de haver a exposição da criança e do adolescente com intenção comercial, a fim de se obter ganhos financeiros. São realizadas fotografias, além de vídeos e gravações de filmes obscenos com crianças e adolescentes entre três e dezessete anos, os quais protagonizam relações sexuais - com adultos. (ABRAPIA, 2002).

No abuso sexual com contato físico destaca-se a “prostituição infantil”, na qual se utilizam crianças e adolescentes em atos sexuais, com o objetivo de obter ganhos financeiros e satisfação. Pode haver algum tipo de coação, mas, geralmente, não se emprega a força física. Este mercado envolve milhares de crianças e adolescentes em uma rede socioeconômica. Ainda neste tipo de abuso, inclui-se o estupro, que se caracteriza por ser uma prática sexual em que ocorre penetração vaginal, mediante violência ou ameaça. É crime inafiançável, agravado quando envolve crianças e adolescentes.

Segundo S. Freud (1999), na cultura ocidental, o incesto, o interdito ou tabu organizam as relações de parentesco e familiares. Quebra-se o interdito na relação sexual entre irmãos, filhos e pais. netos e avós, e, em algumas culturas, entre tios e sobrinhos. O incesto não se limita a relações sexuais entre consanguíneos; abrange o intercâmbio sexual entre um adulto que cumpre o papel de pai ou de mãe natural e o filho ou filha adotados, bem como outras modalidades de responsabilidade presentes na legislação de cada país. De acordo com as postulações de Freud, a psicanálise explica que o menino incestuoso escolhe objetivos proibidos para amar: a mãe e a irmã. À medida que cresce, abandona a atração incestuosa. Um neurótico não consegue se libertar, visto que apresenta graus de infantilismo psíquico ou houve uma regressão do desenvolvimento, ou seja, ao liberta-se das condições psicosexuais, elas retornam depois de adulto.

A relação incestuosa é uma prática sexual indevida que se mantém, porque constitui um segredo de família. Habitualmente, o autor é um homem (D. Pérard e M. Zorman, 1997), seja porque possui excitação maior por crianças do que por adultos, seja porque tem pouca participação nos cuidados com a filha ou por apresentar dificuldades quanto à identificação masculina ou algum tipo de insegurança nas relações com adultos. Esse procedimento afeta o equilíbrio psíquico dos envolvidos no presente e no futuro do indivíduo da família. Quando ocorre uma relação incestuosa e a família mantém o segredo, produz-se um mal-estar na família que se pode traduzir em comportamento agressivo, delinquência, vício em drogas, depressão, quadros de psicose e suicídio. A vítima, geralmente, tem vergonha, culpa e medo dentro do pacto de silêncio.

O agressor e as consequências do abuso sexual

Historicamente, a cultura brasileira produz nos adultos ou naqueles que têm poder uma mentalidade de violações contra crianças, mulheres e outros segmentos sociais. As estruturas sociais justificam o papel do homem como proprietário da família e dos filhos. O espaço definido como aquele que deveria proteger, torna-se um espaço de agressão. Exemplo dessa cultura é que, geralmente, o agressor é uma pessoa aceita pela comunidade, que faz parte de sua convivência, sem passado criminoso.

O abusador costuma ser alguém do convívio da criança e que estabeleceu com ela uma relação de confiança. Desse modo, garante o sigilo da situação de abuso, por meio de ameaças ou de benefícios materiais e simbólicos, numa relação de dominação e submissão. A vítima “*teme a punição e a incapacidade do adulto de protegê-la da violência do seu agressor*” (M. Gabel, 1997, p. 55).

Aliteratura (A. Dias, 2010; M. Vollet, 2012) demonstra que os agressores se aproveitam da situação de vulnerabilidade da criança. Em pesquisa realizada por M. Lamour (1997), junto a vinte agressores sexuais em tratamento, por meio de uma entrevista com 69 perguntas, concluiu-se que o agressor geralmente foi, também, vítima de abuso e sabe lidar com as múltiplas fragilidades da criança e de seus familiares.

M. Lamour, 1997, explica que para prevenir o abuso sexual, é necessário ensinar a criança a identificar os comportamentos manipuladores e coercivos. Não seria apenas ensinar a dizer não ou simplesmente fugir, pois o adulto é muito mais avantajado no combate entre criança e agressor. É importante mostrar como ela pode escapar e pedir ajuda, além de ser capaz de reconhecer as variadas situações abusivas.

Autores como I. Casoy (2004) têm demonstrado certa semelhança entre psicopatas e abusadores sexuais. Eles têm em comum a violência sexual e a negligência na infância, bem como inabilidade escolar e de convivência, dentre outras formas de violência vivenciadas. I. Casoy (2004) cita exemplos de personagens reais que chocaram o país com crimes de grande perversidade contra crianças e adolescentes.

O abusador apresenta, geralmente, “*personalidade antissocial, paranoia, impulsividade, baixa tolerância à frustração, sentimentos de inferioridade ou de insuficiência, infância violenta, estresse, álcool ou drogas*” (D. Ferrari 2002, p. 92). Isso porque a construção do sujeito é resultado de múltiplas interações, que se desenvolvem desde seu nascimento. Há uma alternância de papéis que correspondem ao papel de agressor e de vítima (J.B.S Camargo, 1997), numa dinâmica que acaba por perpetuar o processo de reprodução da situação, num primeiro momento, como vítima e, num segundo momento, como opressor.

De acordo com os dados estatísticos, o pai é o principal agressor nos casos de violência doméstica e incestuosa; a mãe e familiares, na maioria das vezes, são coniventes com a situação, por medo, envolvimento afetivo ou dependência financeira. É importante observar que a mãe pode também ter sido vítima de violência sexual quando criança, vivendo num ciclo familiar incestuoso, que reproduz abuso contra as filhas e netas (D. Ferrari, 2002). Diante dessas pesquisas, é possível constatar que crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou abuso sexual, podem estar vivendo num ambiente de continuidade da violência da qual seus pais foram vítimas e da qual agora são autores.

Todo ato de violência envolve fatores que repercutem na vida da pessoa e do seu grupo mais próximo, tais como o lugar, a situação familiar e o impacto após a revelação, incluindo as relações jurídicas, médicas, psicológicas e sociais. Outro fator é a idade e a maturidade da vítima, no caso de relação incestuosa; quando mais cedo ocorrer, maior será o risco de haver feridas irreversíveis. Na criança, deixa um conjunto de sequelas na formação da sexualidade e dos vínculos afetivos, assim como afeta “*as identificações que ela poderia construir e impedem que a adolescência seja um período de requestionamento construtivo*” (M. Gabel, 1997, p. 64). No caso do incesto, as consequências são mais agravantes; provoca na criança uma confusão em relação à imagem e ao papel dos pais que ao invés de protetores, aparecem como ameaça. O mesmo ocorre no caso de o abuso ser realizado por irmãos mais velhos ou por um adulto que desempenha um papel educativo. M. Gabel (1997) observa o sentimento da criança e do adolescente que vivenciam o abuso e a violência sexual a perda da integridade física, as novas sensações que foram despertadas são misturadas com angústia e medo de ter engravidado ou de ter contraído uma doença. Acrescente-se a esse conjunto de fatores diversas queixas, tais como mal-estar difuso, dores nos ossos, enurese, principalmente em crianças menores, problemas na alimentação, perturbação de sono, prejuízo das funções intelectuais e criativas, tentativas de suicídio, medo ou afastamento da pessoa do mesmo sexo que o agressor. Se a pessoa a quem a criança revelou o que aconteceu não lhe der crédito e não lhe prestar nenhum tipo de ajuda, “*as manifestações mais notórias desaparecem; ela reencontra o interesse pelos outros e pela brincadeira, mas a angústia toma forma de neurose com diversas fobias*” (M. Gabel, 1997, p. 68).

Não devemos estabelecer, de imediato, qualquer relação entre abuso sexual e exploração sexual. Entretanto, de acordo com pesquisas desenvolvidas por M. Gabel, 1997, Brasil (2004), I. Casoy (2004) e J. Fonner (2008), muitos profissionais do sexo sofreram abuso sexual quando crianças e acabaram por assumir o sexo como profissão. Como já observamos, a questão do abuso e da exploração sexual possui múltiplas facetas e não são homogêneas.

Em síntese, a violência sexual traz dificuldades de manter a vida sexual e ligações afetivas e amorosas saudáveis, pois cria certos tipos de bloqueio no campo dos desejos, gera desconfiança no ser humano, sentimento de culpa, depressão e baixa autoestima, assim como doenças psicossomáticas. Nesta perspectiva, quando nos prontificamos a ajudar uma criança em situação de abuso sexual, podemos minimizar estas sequelas e conseqüências a longo ou a curto prazo, mudando, assim, sua história.

Método

Instrumentos e procedimentos

A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2014 na cidade de São Paulo-Brasil, na qual se recorreu a uma abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar relatos de vítimas de abuso sexual, observando o contexto social, familiar e o papel da escola enquanto instituição de garantia de direitos da criança e do adolescente. A coleta de dados foi realizada com entrevistas agendadas individualmente no local de trabalho dos pesquisadores. Foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada, realizada durante dois encontros com cada entrevistada, cuja duração foi de cerca de uma hora e meia, as quais foram gravadas e em seguida transcritas. Ao buscar as fontes orais, iniciamos o estudo com duas participantes, tendo como objetivo fazer dois estudos de caso. Nesses dois casos, um dos pesquisadores (Érica) já estava previamente ciente dos abusos sofridos por ambas as entrevistadas, pois éramos servidoras da instituição de trabalho. Desta forma, foram convidadas a participar da pesquisa e, após terem assinado o termo de compromisso de ética, iniciamos as entrevistas. Durante um dos relatos, uma das participantes se referiu a uma colega de trabalho que também havia sofrido violência sexual na infância, que se prontificou a colaborar com a pesquisa. Todas relataram que esta foi uma oportunidade de dar visibilidade à violência sofrida na infância e que foi de extrema significância, visto que até então, estavam silenciadas. Pelo fato de termos corroborado neste trabalho o fato de que as maiores vítimas de violência são as mulheres, foi possível observar como pessoas que estão ao nosso lado diariamente, vivem angústias, violências e mantêm o pacto de silêncio.

Ao utilizar o método da entrevista semi-estruturada, foi analisada uma problemática vivenciada no passado, porém presente na atualidade, buscando-se possibilidades para interferir no presente e no futuro, conforme M. Vieira *et al.*, 2010 sugere. Ao relatar a história dessas mulheres, também se verifica que o passado é algo que se coloca no presente como uma questão ainda não resolvida, no caso específico de duas entrevistadas (Raquel e Ana). O roteiro foi elaborado

de acordo com o objetivo da pesquisa: o de cooptar as entrevistadas, bem como analisar seu convívio familiar e seu desenvolvimento escolar. Para tal, foram feitas doze perguntas para as três mulheres. Durante a transcrição dos áudios teve-se a preocupação de transformar objetos auditivos em visuais. Com base nas postulações de A. Portelli (1997), procuramos mostrar a velocidade e ritmo das entrevistas através de sinais, grafemas e pontuações gramaticais a fim de reproduzir a fala com maior fidedignidade, revelando as emoções das narradoras e como a história ainda as afeta.

Participantes

Como já referido, foram entrevistadas três mulheres vítimas de abuso sexual infantil, e os seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios extraídos da Bíblia. Note-se que duas das entrevistadas foram vítimas de relações incestuosas (Ester e Raquel).

A primeira entrevistada foi Raquel, que nasceu em 1983. Sua mãe trabalhava e ela ficava com sua irmã na casa da avó, que morava no mesmo quintal. Com cerca de seis anos, foi estuprada pelo irmão de dezoito. O caso permaneceu em segredo até completar dezoito anos, quando contou para o namorado que a recriminou e, segundo Raquel, ele passou a se referir a ela como mulher do irmão. Mesmo assim, casou-se com o namorado que, hoje, pede que ela denuncie o irmão. Raquel não faz tratamento psicológico, pois acredita que não irá contribuir para sua melhora, embora ela mesma confirme que está depressiva.

Ana, a segunda entrevistada, nasceu em 1960. Na saída da escola, foi estuprada por dois indivíduos; estava com doze anos e havia ficado menstruada uma semana antes. Após sofrer este trauma, precisou abandonar a escola e sua vida afetiva e emocional, e o estupro tornou-se um desafio que ainda não conseguiu superar. Ana relata que todo mês precisava ir à delegacia para ser colocada frente a frente com os agressores, que eram torturados com surras e choques elétricos diante dela. Nessas ocasiões, pensava que iria apanhar também, tinha muito medo e começou a ficar agressiva. Diversas vezes ficou internada no pronto-socorro da psiquiatria para receber medicamentos por via intravenosa, uma vez que os remédios introduzidos via oral não resolviam mais. Hoje, a depressão toma conta de sua vida e ela pede a Deus para levá-la deste mundo.

A terceira entrevistada, Ester, nasceu em 1980. Assistiu a muitas brigas dos pais, incluindo agressões físicas, e foi levada à força pelo pai para morar com ele, quando da separação do casal. Com aproximadamente seis anos de idade, foi molestada pelo filho da madrasta. Mesmo passando por psicólogos, relatou o fato somente para o marido, aos 22 anos. Depois de adulta, procurou a

ex-madrasta, que considerava culpada por todos os problemas de sua vida, mas conseguiu perdô-la e descobriu nela uma amiga que nunca imaginara ter.

É importante lembrar que nos três casos, quando aconteceu a violência sexual, ainda não tinha sido promulgado o ECA e nem havia os fluxos operacionais de atendimento, segundo a doutrina de proteção integral, que oferecem princípios legais para o combate à violência contra crianças e adolescentes.

Resultados

Após ler diversas vezes as entrevistas, conseguimos reunir algumas categorias para discutir as modalidades do abuso sexual, tais como o contexto familiar, comunitário, escolar e de aprendizagem. Utilizamos como referência teórica os estudos de A. Cleomar (2017) e de J. Souza Neto (2011), pelos quais procurouse explicar o fenômeno sob uma perspectiva social. No aspecto psicológico, consideramos as pesquisas de M. Gabel (1997) e de D. Ferrari e G. Mattos (2002). Para entender a dinâmica do sistema de garantia de direitos, recorremos aos documentos contidos em Brasil (2004) e Brasil (2006), nos quais consta um guia escolar da Rede de proteção à Infância, e um plano de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil e de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Apesar de serem elaborados em épocas distintas, estes documentos permitem perceber o avanço da legislação e da política referentes ao tema estudado.

O contexto familiar da violência e do abuso sexual infanto-juvenil

Diante das transformações sociais, culturais, econômicas e até religiosas, emergem novas configurações familiares. A expressão família disfuncional é a terminologia corrente para caracterizar as famílias que têm crianças abusadas sexualmente. Mas, afinal, o que é família? Qual é sua função? Segundo o dicionário Aurélio (S. B. Ferreira, 2010), família é definida como: “1. Pessoas aparentadas que vivem, ger., na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. 2. Pessoas do mesmo sangue”. Entretanto, podemos ir mais além com a ideia de família como vários indivíduos que compartilham a mesma cultura e possuem uma comunicação própria, uma realidade afetiva, social e histórica, assim como determinada dinâmica familiar (D. Ferrari, 2002). Quanto à dinâmica familiar, o autor destaca que é “uma unidade básica de desenvolvimento de experiências, de realizações ou de fracassos, de saúde ou de doenças” (D. Ferrari, 2002, p. 28). As famílias não possuem um só perfil, são construções sociais. Não se restringem a um único modelo, fundado em laços consanguíneos, mas em múltiplos arranjos.

A entrevistada Ester vivenciou uma dinâmica familiar instável. Durante sua infância e parte da adolescência, seus pais se separaram e o pai casou-se de novo. Viveu inúmeros conflitos devido a essa separação que, como ela mesma coloca, foi bastante complicada. A nova composição familiar do pai contou com mais dois filhos da madrasta, um menino e uma menina. Foi na convivência com esta nova família que ela sofreu o abuso sexual.

Após aproximadamente oito anos de casamento, seu pai se separou da segunda mulher. Mas, depois muitos anos sem comunicação, ela a reencontrou e se surpreendeu. “Ela me recebeu, me deu um abraço e falou ‘nunca mais fique tanto tempo longe de mim’, me apresentou para o marido dela, para todo mundo como sua irmã, eu continuo sendo a irmã dela”. Vemos nesse caso que os vínculos afetivos prevaleceram.

A função dos pais, resumidamente, é cuidar, ensinar, e a função dos filhos é aprender, dentro do modelo criado pelos pais. A família, no seu papel social, deve transmitir valores culturais e proteger sua prole. Ferrari mostra que a criança, quando nasce, já pertence a um grupo familiar ou já está inserida em serviços de acolhimento institucional ou em outras organizações. Estes grupos são fundamentais para o processo de sobrevivência e socialização da criança.

Os limites impostos pela família e organizações dão noção da realidade, incluindo a primeira experiência da criança com a palavra “não”, que irá ajudá-la a aprender a lidar com as frustrações. A criança precisa da figura afetiva e estável, que atue a seu favor, para construir sua identidade e conhecer seu papel social, que está baseado no modelo de sua experiência de vida. Entretanto, as famílias encontram dificuldade de proteger e educar seus filhos (ABRAPIA, 2002).

A família disfuncional é aquela que sempre tem no seu interior uma vítima de violência sexual ou doméstica, que reproduz essa situação e que, ao invés de garantir a proteção da unidade familiar, reúne condições favoráveis à desproteção da prole (J. Souza Neto *et al.*, 2017). Não vemos aí uma questão de culpar outrem, mas uma categoria descritiva da realidade da família. Geralmente, na família disfuncional os papéis são confusos, as pessoas assumem papéis opostos, a filha assume o lugar da mãe. Tomemos Raquel como exemplo de membro de uma família disfuncional.

Na primeira parte da pesquisa, descrevemos a noção de incesto que constitui, em grande parte dos casos, um segredo de família. É importante observar o contexto da situação vivida por Raquel. Sua mãe flagrou o irmão de deztoitos anos estuprando-a, quando esta contava aproximadamente seis anos de idade. A mãe se viu diante de uma escolha bem difícil de fazer: denunciar o próprio filho e ver Raquel, após a denúncia, ser levada a um

abrigo, o que resultaria na possibilidade do afastamento total de seus filhos. Outro fator seria o impacto que causaria na família, na vizinhança e na religião.

Ao cometer o abuso contra Raquel, o irmão mais velho deslocou o papel de irmão para o papel de “marido”. A mãe, que tinha o papel de mediar as relações, assumiu o papel de proteção do filho em detrimento do bem-estar da menina com imposição de silêncio sobre o fato. Raquel manteve silêncio até os dezoito anos, tendo que conviver com o agressor. Durante a entrevista revela a mágoa por ninguém ter intercedido por ela, principalmente a própria mãe:

“E minha mãe pelo fato de, sei lá, ficou quieta dentro de casa, ela cuidou de mim dentro de casa. E aí não falou nada para ninguém, entendeu? Então, ficou uma coisa ali entre a família, e ficou ali. E em questão a mim, o que eu senti na hora foi o susto, o abalo; só que eu não estava entendendo nada do que estava acontecendo. Assim, ela não fez nenhum procedimento” (Raquel, sujeito de pesquisa).

Raquel expressa extremos ressentimentos quando pergunto o que o abuso sexual mudou na vida dela: *“[silêncio]... Olha, para falar a verdade, não... mudou assim, né, eu cresci, virei uma mulher, não perdoei meu irmão, ele mora no mesmo quintal, é difícil... no quintal da minha mãe, né. Hoje, eu não tenho mais contato, porque ele agora está na casa da minha mãe e eu estou casada... mais lá... mas assim, o que mudou mesmo em mim... [silêncio]... não mudou nada. Só ficou uma mágoa muito grande... [silêncio]”* (Raquel - sujeito de pesquisa).

D. Ferrari e G. Mattos (2002) caracterizam a família incestuosa como disfuncional, o que se configura na síndrome de adição para o adulto e na síndrome de segredo para a criança. Isto ocorre quando a família não cumpre a função social de proteção, como no caso de Raquel. A síndrome de adição leva o indivíduo a uma dependência psicológica que atinge a criança, pois ela acaba sentindo excitação. Para a criança, além de coações e ameaças, há um sentimento de medo e de culpa.

Na terceira entrevista, encontramos uma dinâmica semelhante. Ester, filha de pais separados, o pai médico e a mãe pedagoga, com cerca de sete anos, foi molestada durante algum tempo pelo filho da madrasta. Sempre fez terapia, mas escondeu o fato até os vinte e dois anos. Somente com vinte e oito anos o revelou a uma psicóloga: *“Ah, várias vezes... eu lembro de várias vezes... e eu lembro assim, porque é muito engraçado, porque eu só consegui entender isso hoje, eu tenho uma superproteção com minha irmã, assim surreal... a minha irmã é minha filha. E eu lembro de uma cena da minha irmã... menor, se eu tinha seis ela tinha quatro... e eu lembro de ela chegar em mim e falar ‘eu não gosto quando ele vem e fica passando a mão em mim’, e aí eu*

falei assim, quando ele fizer isso você pega e sai, fala que você vai ao banheiro e sai de perto. Eu tinha naquela época a preocupação de não contar. E eu demorei vinte e tantos anos para contar para os meus pais o que tinha acontecido... assim, para não... eu sabia da merda que ia dar se eu contasse... eu sabia assim, que meu pai... se eu contasse, meu pai matava esse menino, então eu não tenho dúvida disso” (Ester- sujeito de pesquisa.)

Vejamos outro momento da dinâmica da família disfuncional e os conflitos que Ester passou durante a infância: *“E como a relação e a separação deles foi muito difícil... a separação dos meus pais, assim... meu pai sequestrou a gente, na verdade eles não se falavam, e pouco se falam até hoje... assim é o mínimo dispensável, um bom dia, boa tarde... uma situação muito complicada e no meio do caminho, minha mãe um dia falou que não ia mais entregar e ele pegou a gente nas férias e não trouxe de volta. E aí a gente acabou ficando três meses com ele, inclusive entramos em escola com ele, a gente acabou... sabe, ele não quis devolver e sumiu com a gente. Acabamos ficando em uma casa da prima da mulher em Ribeirão Pires, a gente assim, tipo... foi uma loucura. E ele não deixava a gente falar com minha mãe, toda vez que minha mãe ligava, tinha que ser [não entendi o que disse], foi bem pesado. E toda vez que eu conversava com minha mãe, tinha alguém no telefone e aí qualquer merda que minha mãe dissesse, a pessoa já interrompia e começava a discutir e não conseguia mais falar”* (Ester-sujeito da pesquisa).

O acolhimento da vítima e de sua família é imprescindível para o desenvolvimento da confiança e para iniciar o processo de superação da situação de abuso (T. Rocha, 2004). Para as entrevistadas, podemos dizer que é um pouco tarde para fazer este trabalho. Com Raquel, fica nítido que ainda há muitas mágoas e uma relação familiar conflituosa, principalmente com o marido, e que seria necessário para ela um tratamento terapêutico.

Quando as pessoas formam uma nova família, os fantasmas dessas experiências interferem na forma de conviver, de pensar e de ser da família. Tanto Raquel quanto Ester mostraram seu desconforto na vida familiar. Com uma delas, o marido tem uma sensação de desconfiança e cobra um posicionamento. A outra questão que a literatura mostra e tem sintonia com a pesquisa são as mágoas, ressentimentos, o medo da filha ou do filho de ser abusado, ou o medo de ter uma relação saudável com o companheiro ou ainda quase que um desejo de oferecer a filha para ser abusada, como ilustra o filme *Preciosa*. O medo se perpetua por toda vida: *“Eu tinha muita expectativa, eu gostaria de ser muita coisa que depois disso acabou... que nem até hoje eu não sou feliz (se emociona ao falar)... eu não confio... que nem eu falo, eu não tenho sorte no amor... nunca tive... não me sinto amada, nunca me senti amada...*

não acredito mais... até a turma fala, mas você é feliz... não, eu mostro que eu sou feliz... eu me escondo... até o psiquiatra fala para mim, que eu faço, né, tratamento de depressão... eu tomo antidepressivo e tudo... então ele mesmo fala, você tem um sorriso falso, você se esconde atrás do seu sorriso, mas no fundo, no fundo você é infeliz...[silêncio]... em casa, na rua, sempre rindo, sempre de boa... mas quando sai todo mundo, eu me abaixo no canto, aí eu choro... sozinha... então, eu não sou feliz não... nem um pouco... tem hora que dá vontade de morrer... mas, eu sou covarde pra me matar...” (Ana- sujeito da pesquisa).

O Guia Escolar, elaborado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2004), tem a finalidade de ajudar os profissionais da área a identificar os sinais de abuso e exploração de crianças e adolescentes. Cabe enfatizar que os sinais são formas de manifestação de que algo não está bem; mas têm significação somente dentro de um conjunto de evidências, dentro de um contexto, e não isoladamente. São sempre indicativos de sofrimento a serem investigados e analisados. A violência doméstica pode ser física, psicológica, de negligência e abandono. Para distinguir essas diferentes modalidades de

violência e seus respectivos sinais, o Guia oferece uma tipologia, seguidamente apresentada.

De acordo com Brasília (1997b), a violência física (QUADRO I) é classificada no Código Internacional das Doenças (CREMERJ), sob o código E 967 com o título “Síndrome da criança espancada e outras formas de maus-tratos”. No entanto, muitas crianças e adolescentes que vivenciam a violência física não se enquadram nessa Síndrome. Consequentemente, perceber esse fenômeno apenas enquanto Síndrome da Criança Espancada seria, no mínimo, diminuir a dimensão alcançada pela problemática. Por isso é necessário detalhar a sua codificação para torna-la mais apropriada à realidade e abrangente.

Segundo Brasília (1997b) a violência psicológica (QUADRO II) também pode ser considerada “tortura psicológica”, está associada a outros modos de violência, levando a criança a um comportamento destrutivo. O adulto leva a vítima a um isolamento social, essas crianças ou adolescentes experimentam a rejeição, não tem seu valor nem suas necessidades reconhecidas. Está vinculada a um modelo de manipulação e dominação por parte do adulto.

QUADRO I - Características e indicadores da violência física.

TABLE I - Characteristics and indicators of physical violence.

Indicadores Físicos da Criança/Adolescente	Indicadores Comportamentais da Criança/Adolescente	Características da Família
Presença de lesões físicas, que não se ajustam à causa alegada; Ocultamento de lesões antigas; Hematomas e queimaduras em diferentes estágios de cicatrização; Contusões corporais em partes do corpo, que geralmente não sofrem com quedas habituais.	Tem medo dos pais ou responsáveis; alega causas pouco viáveis às lesões; fuga do lar; Baixa autoestima, considerando-se merecedor das punições; diz ter sofrido violência física; Comportamento agressivo com colegas; Está sempre alerta, esperando que algo ruim aconteça.	Ocultas as lesões da criança ou as justifica de forma não convincente e contraditória; Descreve a criança como má e merecedora de punições; Culpa a criança pelos problemas do lar; acredita no disciplinamento severo como forma de educar; Tem expectativas irreais sobre a capacidade da criança, exigindo-a em demasia; Autorizam o professor a castigar fisicamente a criança.

Fonte/Source: Brasil (2004), p. 46

QUADRO II - Características e indicadores da violência psicológica.

TABLE II - Characteristics and indicators of psychological violence.

Indicadores Físicos da Criança/Adolescente	Indicadores Comportamentais da Criança/Adolescente	Característica da Família
Problemas de saúde sem causa orgânica: distúrbios de fala, de sono, afecções cutâneas, disfunções físicas em geral [...] resultantes de um quadro de psicossomatização.	Isolamento social; carência afetiva; Baixo conceito de si próprio; Regressão a comportamentos infantis; Submissão e apatia; Dificuldades e problemas escolares, mas sem limitações cognitivas e intelectuais; Tendência suicida.	Não há afetividade na relação entre pais e filhos; Deprecia a criança, referindo-se a ela de forma negativa e com críticas; Tem expectativas irreais sobre a capacidade da criança, exigindo-a em demasia; Muitas vezes, existe abuso de álcool ou drogas; Ameaça, aterroriza ou ignora a criança.

Fonte/Source: Brasil (2004), p. 46.

Brasília (1997b) compreende a negligência como o abandono e a omissão por parte da família em fornecer a necessidades básicas, sejam físicas ou emocionais, classificando como temporário ou parcial, moderada ou severa (QUADRO III). Estes são apenas alguns sinais; pode haver outros, dependendo do ambiente familiar e comunitário. Reiteramos que um sinal isolado não caracteriza que a criança seja vítima de violência. É preciso a colaboração de diferentes profissionais, para analisar o fenómeno e nele intervir. Observamos que todas as participantes apresentaram os indicadores comportamentais indicados na TABELA II, mais precisamente no se refere ao isolamento social; carência afetiva; baixo conceito de si próprio.

A vítima e a escola

Durante muito tempo, as instituições não costumavam aceitar denúncias de abuso sexual doméstico das crianças. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito no século XIX, (Engels, F. 2010) descreve a situação de meninas levadas ao suicídio, por serem abusadas pelos pais e irmãos. Quando o fato era denunciado a alguma instituição da época, como a Igreja, elas eram taxadas de mentirosas, mesmo se estivessem grávidas. Por volta do século vinte, com a implantação da doutrina de proteção integral, a criança passou a ser concebida como sujeito de direitos e as instituições educacionais e religiosas começaram a prestar atenção nesse fenómeno. Na luta para implantação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, destaca-se o movimento do pacto nacional contra o abuso e exploração sexuais de crianças e adolescentes, que resultou, no início do século XXI, na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Ambos têm as instituições educacionais como parceiras na execução do Plano (J. Souza Neto, 2011).

Entretanto, nas entrevistas com Ester e Raquel, pode-se observar que as intuições pelas quais passaram talvez não estivessem preparadas para enfrentar a situação

de violência na época. A prática pedagógica daquela época escamoteava ou silenciava e não tomava qualquer decisão, mesmo que percebessem o fato. Raquel e Ester não foram devidamente acolhidas no seu sofrimento, e Ana viu-se obrigada a deixar os estudos.

Com a municipalização das políticas sociais que ocorreram a partir dos anos 80, no Brasil, as reformas sociais ajudaram a melhorar a qualidade de vida da população (J. Souza Neto, 2011). A partir dessas reformas sociais, de acordo com Brasil (2004), o fenómeno da exploração e do abuso sexual infanto-juvenil começa a ter ênfase nos anos 90, saindo da esfera familiar e tornando-se um problema social. A luta contra a violência sexual infantil, preconizada na Constituição Federal brasileira (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), mobilizou a sociedade a não aceitar ou torna-se cúmplice desta violência.

A escola deve estar atenta à situação da criança e investigar os motivos das dificuldades de aprendizagem e de convivência. As práticas pedagógicas podem ajudar a criança e sua família e enfrentar a situação de abuso, dos pontos de vista curativo e preventivo. No Brasil, as instituições não estão suficientemente preparadas para atender as vítimas de violência e para desenvolver com elas um trabalho preventivo no fortalecimento de vínculos saudáveis, familiares e comunitários (E. Arantes, 2004; J. Souza Neto 2011 e 2016).

De acordo com Brasil (2004), a escola deveria trabalhar com três eixos, o de prevenção primária, secundária terciária. Na prevenção primária, haveria o fornecimento de bases e subsídios para a comunidade escolar sobre o tema violência sexual. Neste primeiro momento a meta também é reduzir o caráter social, cultural e ambiental que favorece os maus tratos. A prevenção secundária está relacionada à identificação da violência sexual, impedindo que elas aconteçam ou se repitam, rompendo, assim, com o “pacto de silêncio”.

QUADRO III - Características e indicadores de negligência e abandono.

TABLE III - Characteristics and indicators of neglect and abandonment.

Indicadores Físicos da Criança/Adolescente	Indicadores Comportamentais da Criança/Adolescente	Característica da Família
<p>Padrão de crescimento deficiente; Vestimenta inadequada ao clima; Necessidades não atendidas, como higiene, alimentação, educação (evasão escolar), saúde (vacinas atrasadas etc.); Fadiga constante; A criança sofre frequentemente acidentes (pela falta de cuidados por parte de um adulto); Pouca atividade motora (falta de estimulação).</p>	<p>Criança desenvolve atividades improprias para a idade; É responsável pelos serviços domésticos, cuidados com irmãos menores etc.; Isolamento social; Carência afetiva; Falta de concentração e atenção devido à fadiga e a necessidades não atendidas.</p>	<p>Falta de acompanhamento escolar pelos pais ou responsáveis; Ausências na reuniões escolares e atrasos constantes; Falta de acompanhamento médico; apática e passiva; Abuso de álcool e drogas; Não percebe as necessidades físicas e afetivas da criança; Descuido com a própria higiene e aparência pessoal.</p>

Neste momento a situação de maus tratos já existe. Brasil (2004) sugere que cada escola notifique o caso ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e elabore um catálogo de telefones e endereços para o encaminhamento de denúncias. Note-se que as questões apresentadas nos QUADROS I, II e III já propõem alguns sinais de que é necessária uma intervenção, seja prevenção primária ou secundária. A prevenção terciária tem como objetivo acompanhar integralmente a vítima, a fim de diminuir suas sequelas oriundas do abuso sexual, desenvolver ações que direcionem ao serviço educacional, psicológico e jurídico social. É importante desenvolver ações que responsabilizem o agressor para seja interrompido o ciclo de abuso sexual.

Desde as últimas décadas do século XX e, com mais força, no início do século XXI, no Brasil, a escola assumiu uma dupla função, educacional e social. Sendo assim, quando há suspeita de violação de direitos, ela deve saber distinguir os sinais de violência. É difícil administrar situações de abuso sexual e saber lidar com os protocolos de atendimento. Entretanto, isto tem de ser observado para evitar-se omissão, cumplicidade e revitimização (E. Arantes, 2004). Vejamos um relato de Raquel: *“Na escola, eu sentia muita dificuldade nas matérias, porque eu era muito quieta. As dúvidas que eu tirava com a professora, eu não conseguia compreender o que ela falava. E aí teve um dia que minha mãe foi chamada na reunião e a professora falou que ela tinha que me acompanhar nas aulas, que eu não estava entendendo as aulas (ficou um pouco confuso, ela estava um pouco tensa e melancólica). E nenhum professor questionou, não falou nada comigo. Eu lembro que eu não sentava com o professor... eu tinha medo de professor, chegava perto de mim, eu já tremia. Então, eu ficava quietinha, fazia a lição, acabava, batia o recreio (acredito que ela quis dizer o sinal) e ia embora. E sempre usando roupas de moletom, para cobrir o corpo”* (Raquel- sujeito de pesquisa).

A fala de Raquel encontra respaldo científico em Brasil (2004), quando situa alguns sinais de abuso, tais como esconder e proteger com roupas o corpo, ter medo de contato físico, ficar em silêncio e isolar-se para que ninguém pergunte sobre sua situação, num misto de medo, vergonha e culpa. Os sinais presentes nos relatos de Raquel nos ajudam a entender melhor o Guia e a compreender a importância dos fluxos de atendimento, que ganham sentido e conteúdo na vida. Por outro lado, nem todas as pessoas que apresentam esses sinais foram vítimas e nem todas as vítimas estão fadadas ao insucesso escolar. Quando Raquel diz que independentemente do clima a sua vestimenta era sempre moletom, observamos por meio da TABELA II que as vestes inadequadas ao tempo são características de negligência e abandono. Ora, de acordo com esse estudo, podemos inferir que houve um abandono afetivo e psicológico, tanto por parte da família, quanto dos profissionais escolares que lidavam com Raquel todos

os dias. Mesmo com baixo rendimento escolar, Raquel relatava que não houve muitas ocasiões em que a mãe fosse chamada. Segundo C. Thouvenin (1997), muitas crianças e adolescentes em situação de abuso sexual conseguem manter um bom rendimento escolar.

Para reforçar a dificuldade decorrente do abuso, a falta de adultos que dialoguem com a criança sobre a situação acaba por esconder a realidade e dificultar a aprendizagem e a convivência saudável. No caso de Ester a aprendizagem ocorreu de forma diferente: *“Então assim, não tive uma dificuldade... até eu, modéstia à parte, sou muito inteligente... [risos]... muito inteligente e muito preguiçosa, hoje eu pago o preço disso... sou preguiçosa para estudar, tipo eu gosto de aprender, mas não me force, eu não quero aprender o que vão me ensinar, eu quero aprender o que eu quero... e isso é um problema, e eu sempre fui muito dispersa, por conta do TDA, que eu não sabia”* (Ester- sujeito de pesquisa).

Na segunda entrevista, temos um caso de omissão da escola, que, não somente escondeu, como até expulsou a adolescente que havia sido estuprada perto da escola e que foi encontrada pelos alunos do período noturno: *“Aí eles me levaram para dentro da escola, o diretor mandou eles me tirar de dentro da escola, porque ele não me queria lá dentro, ele não queria arrumar encrenca para ele. Os alunos me pegaram, mas minha mãe já estava me procurando, já com uma viatura. Aí, eles me pegaram [refere-se aos alunos] e me deixaram lá no portão, porque não tinha o que fazer... eles iam comigo onde?... e eu continuava desmaiada... a viatura com minha mãe dentro voltou até a escola para saber se eu tinha aparecido lá.... foi aí que eles me viram lá no chão e me levaram para o pronto-socorro”* (Ana- sujeito de pesquisa).

Na época em que ocorreram os abusos relatados, ainda não havia o ECA, As leis e as práticas pedagógicas eram severas, mas não tinham o acolhimento como prioridade. Além dos castigos aplicados aos agressores, o diretor também foi punido, exonerado do cargo e perdeu o direito de lecionar. Ana ficou abandonada à sua própria sorte e deixou os estudos, devido ao seu medo e ao receio dos familiares. Historicamente, a escola sempre influenciou a vida da criança, mas nunca esteve preparada para ajudar as crianças vítimas de violência. Além disso, é preciso deixar claro que a escola não era para todos. O projeto de uma educação escolar universal no Brasil teve início nos anos 1980. A questão do como lidar com os desafios sociais só foi levantada para o professor a partir dos anos 1990, com o advento do ECA e da LDB.

O fluxo operacional de atendimento

A pesquisa mostra que todas as entrevistadas acreditam que a escola pode ser um meio de intervenção e prevenção do abuso sexual. Para facilitar o agir da

escola e de outras instituições, o Brasil possui protocolos denominados fluxos operacionais de atendimento.

A partir da implantação da doutrina de proteção integral no Brasil, preconizada pelo ECA, todo abuso sexual da criança e do adolescente tem de ser notificado ao conselho tutelar (ECA, art. 13). Muitas pessoas e órgãos têm dificuldade de comunicar casos de suspeita de abuso sexual às autoridades competentes; todavia, sem denúncia e notificação, a vítima não terá proteção e seus direitos respeitados, e não haverá um diagnóstico que resulte na formulação e na aplicação de políticas públicas mais assertivas.

O fluxo operacional de atendimento tem sua base na Constituição Federal de 1988 e no ECA, especialmente no artigo 05, que prevê a proteção da criança e do adolescente contra todas as formas de violência, de abuso sexual e de exploração sexual, incluindo pena para quem pratica o ato e para quem omite a informação e o cuidado, uma vez que nenhuma criança e adolescente podem ser objetos de qualquer tipo de violência e crueldade.

Cabe destacar o artigo 130 do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, que define alguns procedimentos no caso de a criança ser vítima de violência no interior da família. O juiz poderá afastar o agressor ou encaminhar a criança a um serviço de acolhimento institucional. O art. 245 descreve a responsabilidade de comunicar à autoridade competente os casos em que profissionais da área da saúde, educação e assistência tenham conhecimento, suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes, e as consequências da omissão.

O fluxo operacional tem como objetivo oferecer o passo a passo de atendimento às vítimas, pela perspectiva de proteger a criança. Segundo J. Souza Neto (2011;2017), o fluxo é uma ferramenta que pode ajudar os profissionais da educação, da saúde e da assistência no cuidado da criança e do adolescente, rompendo com o processo de revitimização.

Uma sistematização do fluxo operacional encontra-se no *Guia Escolar* e no *Caderno de Fluxos Operacionais Sistêmicos: Proteção Integral e Atuação em Rede na Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes*, da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. Está disponível no site: www.abmp.org.br/UserFiles/File/caderno_fluxos_operacionais.pdf, e uma apresentação didática do fluxo está disponível também em: http://prattein.com.br/home/images/stories/GUIA_FLUXOS-VS.pdf. Seguidamente apresenta-se uma versão ilustrada deste fluxo (fig.s 1 a 5).

Considerações Finais

Através dos dados obtidos, das entrevistas efetuadas e também dos estudos consultados, é possível concluir que o abuso sexual é ainda subnotificado, quando comparado

a outros tipos de violência. Em torno dele, existem um tabu e um pacto de silêncio, pois a maioria dos abusos acontece no espaço familiar ou comunitário, ou seja, por pessoas que deveriam proteger a criança, muitas sem deixar evidências de violência física ou outro tipo de vestígio. Por outro lado, há sempre nessas experiências um envolvimento emocional (T. Rocha, 2004). O pacto de silêncio se fortalece e se reproduz em função do medo de denunciar por parte da população e dos profissionais e esse medo se justifica pela falta de informação sobre o SGD, pelas exigências burocráticas no atendimento e pela falta de recursos.

Em dois casos das três entrevistas realizadas, os abusos e violência sexual ocorreram no interior da família, caracterizada como disfuncional, que não informou a comunidade escolar e a esta tão pouco percebeu. O terceiro abuso aconteceu próximo da escola, a mãe reagiu fazendo uma denuncia, a escola foi informada e tomou a decisão de expulsar vítima, trazendo grandes consequências, para seu futuro, tanto intelectual, como afetivo e psicológico. A escola não soube ou não estava preparada para acolher, entender, interpretar, encaminhar e transformar a informação no sentido de diminuir a dor e o sofrimento das vítimas.

As múltiplas violações de direitos da criança e do adolescente são uma constante na história. É tão forte é essa realidade, que a sociedade, em alguns momentos, chega a banalizar, a tratar como se fosse natural a prática da violência sexual, sobretudo na família, e, por vezes, transforma a vítima em ré (BRASIL, 2004).

Para mudar a situação de violência, Estado e sociedade contam com vários instrumentos legais, com políticas públicas e programas sociais destinados a garantir cuidados e proteção de direitos a esse segmento populacional, como por exemplo *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil de 2006*, *Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica de 2007*, além do Fluxo Operacional para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, que é uma base para os profissionais escolares perceberem que não estão sozinhos e que com apenas uma notificação podem romperem com o ciclo de abuso. Embora o abuso sexual possa ser difícil de diagnosticar como constatamos na pesquisa, em função do pacto do silêncio no interior da família e da comunidade, algumas atitudes da vítima podem sinalizar que algo está acontecendo, muitas vezes mais evidentes do que a própria fala (QUADROS I, II e III). A falta de atendimento ou de atenção ao aluno implica omissão e cumplicidade com o agressor, podendo ter consequências graves para o desenvolvimento da criança.

O professor e a comunidade escolar não devem ter medo de encarar o problema. Se levarmos em conta o Fluxo operacional (fig. 1), a ação da comunidade escolar

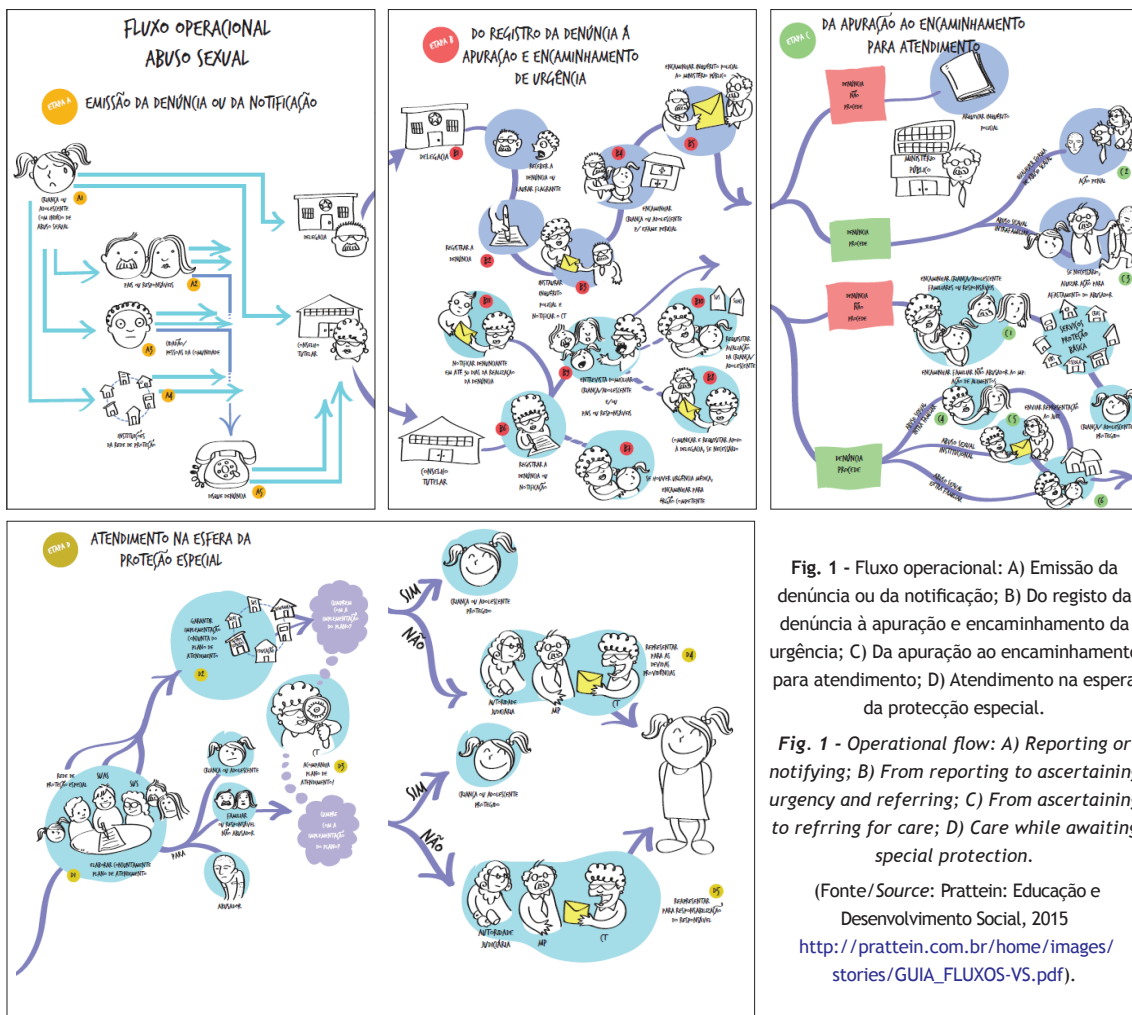


Fig. 1 - Fluxo operacional: A) Emissão da denúncia ou da notificação; B) Do registro da denúncia à apuração e encaminhamento da urgência; C) Da apuração ao encaminhamento para atendimento; D) Atendimento na espera da proteção especial.

Fig. 1 - Operational flow: A) Reporting or notifying; B) From reporting to ascertaining urgency and referring; C) From ascertaining to referring for care; D) Care while awaiting special protection.

(Fonte/Source: Pratein: Educação e Desenvolvimento Social, 2015 http://pratein.com.br/home/images/stories/GUIA_FLUXOS-VS.pdf).

não é uma atitude isolada. Deve estar em sintonia com o sistema de garantia de direitos, que envolve um conjunto de atores sociais, tais como o Conselho Tutelar, a unidade de saúde, o CRAS, a Polícia, a Vara da Infância e o Ministério Público. A escola tem sempre a obrigação de notificar o Conselho Tutelar e, na falta de uma resposta, o Ministério Público.

Brasil (2004) mostrou que atualmente, a escola é um órgão fundamental na identificação das múltiplas formas de violência, uma vez que as crianças nela permanecem grande parte do dia e da vida. E tem suporte para acabar com o pacto de silêncio. É necessário conscientizar os profissionais da educação sobre sua responsabilidade e compromisso com a criança. Muitas vezes, as crianças com dificuldades de convivência e aprendizagem são julgadas como indisciplinadas, relaxadas, desmotivadas, preguiçosas, sem que se chegue à raiz do problema. E se os sinais forem um pedido de socorro, como pudemos observar nas entrevistas realizadas durante nossa pesquisa? Raquel, por exemplo, era uma criança isolada, com dificuldade de aprendizagem e que, de certa forma, estava pedindo ajuda.

O abuso sexual e a exploração sexual não se resolvem mediante reflexões e atitudes filantrópicas e sentimentalistas. Requer um processo pedagógico longo e complexo, com fundamentos jurídicos, psicológicos e científicos. Isto não significa que a escola seja a única responsável; ela está circunscrita num sistema de compartilhamento com os diversos órgãos, a exemplo do conselho tutelar, quando houver suspeita e confirmação de abuso sexual ou de outros tipos de violência.

Referências bibliográficas

ABRAPIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (2002). *Abuso sexual - mitos e realidade*. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 3ª Ed., Abrapia. [Acesso em 11/2017]

Abreu, S. E. D. (2010). *A criança em acolhimento institucional e o direito humano à Educação Infantil: sob teias do abandono*. Universidade Federal da Paraíba. 256 p. Disponível: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4603/1/arquivototal.pdf> [acesso em 11/2017]

- Arantes, E. (2004). Políticas públicas educativas. In: Pizá, G., Ferrarese, G. (org). *A violência silenciosa do incesto*. Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 182-190.
- Barbosa, G. F. (2004). O segredo de família. In: Pizá, Graça. Ferrarese, Gabriella (org). *A violência silenciosa do incesto*. Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 57-65.
- Brasil (1999). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 21ª ed. Saraiva, São Paulo.
- Brasil (2004). *Guia Escolar: Rede de proteção à Infância*; Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação.
- Brasil (2006). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil*. Zelo Editorial, Brasília.
- Brasília (1997a). *Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes*: Relatório de Estudo MJ/CECRIA.
- Brasília (1997b). Violência contra a criança e o adolescente - Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica. Disponível: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf>. [acesso em 11/2017].
- Brasília (2007). *Violência contra crianças e adolescentes: Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Brasília: Ministério da Saúde, SASA.
- Camargo, J. B. S (1997). *Caracterização do conflito conjugal das requisitantes do Centro Jurídico Social da Unesp*. 120 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.
- Casoy, I. (2004). *Serial killers made in Brasil*. Arx, São Paulo, 360 p.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo Editorial, São Paulo, 328 p.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (2012). Paulus, São Paulo.
- Faleros, V. P. (2009). Infância e processo político no Brasil. In Rizzini, Irene. Pilotti, F. (org). *A arte de governar crianças*. Cortez, São Paulo, 10-90.
- Ferrari, D. C. A. (2002). Visão histórica da Infância e a questão da violência. In: Ferrari, D. Chaves de Almeida. Vecina, T. (org). *O fim do silêncio na violência familiar*. Ágara, São Paulo, 23-27.
- Ferreira, J. M. C. (2007). Globalização, marginalidade social e violência juvenil nos contextos urbanos. In Saeta, B. R. P., Souza Neto, J. Clemente de; Nascimento, M. L. B. P: *Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas*.: Expressão e Arte, São Paulo, 17-42.
- Ferreira, S. B. H. (2010). *Mini Aurelio Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Positivo, Curitiba, 960 p.
- Freud, S. (1999). *Totem e Tabu*. Imago, Rio de Janeiro, 160 p.
- Gabel, M. (org) (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 252 p.
- Garcia, M. R. C. (2002). Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: Ferrari, Dalka Chaves de Almeida. Vecina, Tereza (org). *O fim do silêncio na violência familiar*. Ágara, São Paulo, 143-150.
- Lamour, M. (1997). Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: Gabel, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 43-50.
- Mattos, G. O. (2002). Abuso sexual em crianças pequenas: peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. In: Ferrari, D. Chaves de Almeida, Vecina, T. (org). *O fim do silêncio na violência familiar*. Ágara, São Paulo, 174-176.
- Moreira, M. I. C., Souza, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf> [acesso em: 03/2014].
- Nathan, T. (1997). Há algo de padre no reino de Édipo. In: Gabel, M. (Org). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 15-28.
- Oliveira, H. (2002). A Violência doméstica contra a criança. In: Westphal, M. Faria (Org). *Violência e Criança*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 60-100.
- Pérard, D., Zorman, M., B. B. (1997). Da importância dos abusos sexuais na França. In: Gabel, M. (Org). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 29-43.
- Petry, J. F. (2008). A escuta da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar na perspectiva de profissionais da área da saúde e operadores de direito. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000300005 [acesso em: 03/2014].
- Portelli, A. (1997). O que faz a história oral diferente. Disponível: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf. [acesso em : 01/2018].
- Prattein (2015) - Educação e Desenvolvimento Social. Conhecer para transformar Orientações para diagnóstico e aprimoramento dos fluxos operacionais de enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescente. Disponível: http://prattein.com.br/home/images/stories/GUIA_FLUXOS-VS.pdf [acesso em 03/2017].
- Rizzini, I., Pilotti, F. (2009) *A arte de governar crianças*. Cortez, São Paulo, 366 p.
- Rocha, T. (2004). *Da violência à denúncia: a violência sexual e os recursos médicos-assistenciais*. In: Pizá, G., Ferrarese, G. (org). *A violência silenciosa do incesto*. Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 92-104.

- Scodelario, A. (2002) A família abusiva. In: Ferrari, D. Chaves de Almeida. Vecina, T. (org). *O fim do silêncio na violência familiar*. Ágara, São Paulo, 95-100.
- Souza Neto, J. C. (1993). *Do menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. Nuestra América, São Paulo, 215 p.
- Souza Neto, J. C. (2002). *Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência*. Expressão & Arte, São Paulo, 191 p.
- Souza Neto, J. C. (2011). *A trajetória do menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. Expressão & Arte, São Paulo, 216 p.
- Souza Neto, J. C. e Azevedo, C. (2017). *Narrativas de práticas de mediação e construção do sujeito*. Expressão & Arte, São Paulo, 200 p.
- Thouvenin, C. (1997). A palavra da criança: do íntimo ao social. In: Gabel, M. (org). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 91-100.
- Tomkiewicz, S. (2007) Violência e abusos sexuais em instituições para crianças e adolescentes. In: Gabel, M. (org). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus, São Paulo, 82-90.
- Vollet, M. R. (2012). O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar. Universidade Estadual Paulista. 257 p. Disponível: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106139/vollet_mr_dr_arafcl.pdf?sequence=1 [acesso em:11/2017].
- Vieira, M. P., Peixoto, M. R., e Houry, Y. A. (2010). *A Pesquisa em História*. Ática, São Paulo, 158 p.
- Villela, F. (2016). Agência Brasil. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/denuncias-de-violencia-sexual-chegam-quase-50-por-dia> [acesso em: 10/2017].